

## **NELSON WERNECK SODRÉ E A VISÃO DE BRASIL: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA**

## **NELSON WERNECK SODRÉ Y VISIÓN DE BRASIL: UNA MIRADA SOBRE LA FORMACIÓN TERRITORIAL DE BRASIL**

Marco Túlio MARTINS<sup>1</sup>

Rita de Cássia MARTINS DE SOUZA<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo central analisar três produções de Nelson Werneck Sodré, sendo este, considerado um dos principais intelectuais brasileiros de todo o século XX. A análise empreendida tem como foco o processo de formação territorial brasileiro entre os anos de 1930-1945. As três produções analisadas foram publicadas neste período, sendo elas: *Panorama do Segundo Império (1939)*, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril (1941)* e *Formação da Sociedade brasileira (1944)*. A pesquisa justifica-se mediante duas constatações: primeiramente, as avaliações dos estudiosos da obra de Sodré privilegiam, em grande parte, o período posterior a 1945, caracterizado por ser a fase marcadamente marxista do autor. A outra constatação diz respeito ao não desenvolvimento de estudos sobre a contribuição de Nelson Werneck Sodré para a Geografia ou mesmo uma avaliação sobre a presença de um discurso eminentemente geográfico em parte significativa da obra. Neste sentido, a análise converge, neste artigo, para três principais pontos: a questão do Nacionalismo e da Unidade Nacional; o discurso da Unidade territorial via Estado; e o esforço de interpretação do Brasil presente nos intelectuais da década de 1930.

**Palavras-Chave:** Formação Territorial Brasileira; Nelson Werneck Sodré; Pensamento Geográfico.

**Resumen:** En este artículo se pretende analizar tres centrales Nelson Werneck Sodré producciones, que se considera uno de los intelectuales brasileños más importantes en todo el siglo XX. Tal análisis se centra en el proceso de formación territorial Brasil entre los años 1930-1945. Las tres producciones analizadas fueron publicados en este período, a saber: *Panorama del Segundo Imperio (1939)*, *Oeste: ensayo grande en la propiedad pastoral (1941)* y *formación de la sociedad brasileña (1944)*. La investigación se justifica por dos observaciones: en primer lugar, las evaluaciones de la labor de los estudiosos privilegio Sodré, en gran parte, el período posterior a 1945, caracterizado por la fase marcadamente marxista de ser el autor. La otra observación se refiere a la falta de desarrollo de los estudios sobre la contribución de Nelson Werneck Sodré a la geografía o incluso una evaluación de la presencia de un discurso eminentemente geográfico parte importante de la obra. En este sentido, el análisis converge, en este artículo, por tres puntos principales: la cuestión del nacionalismo y Unidad Nacional, a

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. E-mail marcogeografia2008@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. E-mail ritacmsou@ig.ufu.br

través de la Unidad discurso del Estado territorial, y el esfuerzo de interpretar esto en los intelectuales de Brasil en la década de 1930.

**Palabras Clave:** Formación Territorial brasileño, Nelson Werneck Sodré, Pensamiento Geográfico.

## Introdu o

O presente artigo tem como objetivo central analisar três produ es de um intelectual brasileiro – Nelson Werneck Sodré. Esta análise tem como foco o processo de forma o territorial brasileiro entre os anos de 1930-1945, período no qual, foram publicados os livros elencados para a análise, quais sejam: *Panorama do Segundo Império (1939)*, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril (1941)* e *Forma o da Sociedade brasileira(1944)*.

Realizar uma discussão sobre parte da obra desse intelectual no período histórico supracitado   fundamental e original no que diz respeito   contribui o dada por ele sobre a configura o territorial brasileira. Pode-se dizer isso baseado em duas características principais visualizada nos estudos desenvolvidos sobre a obra de Nelson Werneck Sodré até o momento.

Primeiramente, as avalia es dos estudiosos da obra de Sodré privilegiam, em grande parte, o período posterior a 1945, caracterizado por ser a fase marcadamente marxista do autor. A outra característica diz respeito ao não desenvolvimento de estudos sobre a contribui o de Nelson Werneck Sodré para a Geografia ou mesmo uma avalia o sobre a presença de um discurso eminentemente geográfico em parte significativa da obra.

A escolha das três obras do primeiro período da produ o intelectual de Nelson Werneck Sodré se justifica, sobretudo, pelos seguintes motivos: consegue-se em diversos momentos identificar no discurso presente nas mesmas uma consonância com as propostas e projetos veiculados pelo Estado – bloco histórico<sup>3</sup>. Ou seja, marca o período no qual o Estado está   frente do processo de constitui o do capitalismo no Brasil, diretamente influenciado pelo projeto de industrializa o do país<sup>4</sup>. O segundo motivo caracteriza-se fundamentalmente pela presença de um discurso geográfico – pensamento geográfico – nas obras, principalmente no que diz respeito   dinâmica

---

<sup>3</sup>“As ideias hegem nicas cimentam um “bloco histórico”, isto  , um agrupamento de forças sociais organizadas em uma plataforma comum. Dentro do “bloco histórico”, Gramsci identifica a “classe dominante” que referenda seus interesses econ micos, e, no interior desta, a “classe dirigente” que se impõe no comando da política, e a “fra o reinante” que ocupa o aparelho de Estado”. O universo das rela es e tensões a  envolvido   múltiplo e diversificado sendo, na verdade, a política a arte de estabelecer alianças. A conquista da hegemonia se substantiva, assim, no movimento da “sociedade civil”, no jogo de rela es entre os diferentes sujeitos. As trocas a  estabelecidas são fundamentalmente culturais, Gramsci diferenciando bem os “aparelhos econ micos” dos “aparelhos de hegemonia” (sejam privados ou do governo). Os blocos históricos são então soldados por ideologias, e se constituem no terreno nacional.” (MORAES, 1988, p.66). Ver também em: Hungen Portelli – *Gramsci e o bloco histórico*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

<sup>4</sup>Ver em DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrializa o no Brasil 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

territorial do Brasil. Este discurso geográfico presente nas obras de Nelson Werneck Sodré é fruto do seu contato com a ciência geográfica dentro das escolas militares<sup>5</sup>, instituições às quais fizeram parte de um longo período de sua vida.

Tem-se como pressuposto que o processo de formação territorial do Brasil, sobretudo, os projetos internamente encaminhados pelas elites dirigentes do país, estão envoltos em ideias que precisam ser resgatadas em seu devido tempo e em seu devido espaço se se quer de fato compreender a organização do território. É imprescindível que para a compreensão da organização do recorte espacial brasileiro compreenda-se, portanto, a produção desse espaço.

Assim, tendo em vista a necessidade de compreender o processo de formação do território brasileiro, há de se levantar e analisar o sentido das projeções e ideias dela pertencentes que foram sendo elaboradas ao longo do processo histórico. Aqui tomaremos uma delas, aquela elaborada por Nelson Werneck Sodré.

### Os três livros: esforço de compreensão do Brasil

As três produções de Nelson Werneck Sodré publicadas entre os anos de 1939-1944 apresentam uma singular importância no que diz respeito ao debate intelectual e político daquele tempo e uma análise/compreensão de Brasil importante e particular. Tais obras apresentam também uma proposta de interpretação e de projeção (projeto) de Brasil, sobretudo, aos processos que (re)organizam o território brasileiro – história territorial brasileira<sup>6</sup>. O projeto de Brasil supracitado diz respeito, sobretudo, àquele vinculado à elaboração do Estado que se encontra em constante diálogo com a elite intelectual do país.

O livro *Panorama do Segundo Império (1939)* – segunda publicação de Nelson Werneck Sodré – é considerado uma “revolução” interpretativa sobre o período histórico do Segundo Reinado. O autor não adotou a descrição como método para

---

<sup>5</sup>Este assunto não será explorado profundamente neste artigo.

<sup>6</sup>“O imperativo da apropriação constante e extensiva do solo pode mesmo ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira. Desde os primórdios, o próprio “sentido da colonização” aqui estabelecido repousou em certas aptidões do território apropriado: afinal, de início são condições ambientais distintas da metrópole que permitem a realização de explorações complementares. E a colonização do Brasil implicou a integral montagem dessas estruturas de produção, num movimento que sincronizou o povoamento, a apropriação do solo e a exploração produtiva propriamente dita. Em outros termos, tratou-se de um processo simultâneo de construção de uma sociedade e de um território, de uma sociedade que tinha na construção de uma sociedade e de um território, de uma sociedade que tinha na construção do território forte elemento de identidade. Em função disso, deve-se considerar também o papel desempenhado pela formação territorial na armação da vida política do país, com o realce das ideologias geográficas nos momentos de ruptura ou crise institucional. A prática das transformações *pele alto* – tão recorrentes na história do Brasil – não raro buscou legitimação sustentando-se no argumento da necessidade de manutenção da *integridade territorial*”. (MORAES, 2000, p.24).

“Enfim, tem-se que a dimensão territorial recorta uma determinação fundamental da história brasileira, porém, apesar dessa evidência, os estudos dedicados a tal temática (histórico-geográfica, por excelência) são bastante raros e escasseiam de forma absoluta quando se avança para o presente. Assim, cabe resgatar este objeto de investigação, não só para avaliá-lo em seu devido nível de importância, mas para fornecer um equacionamento alternativo ao encontrado no tratamento dado à matéria”. (MORAES, 2000, p.26).

Ver mais em: MORAES, 2000, p.15-27.

compor o livro, apostando numa análise mais profunda do contexto e que possibilitou um avanço em relação às produções do início do século XX que tinham o Brasil como tema. Avançou, portanto, no sentido de não trazer para a sua produção a mera descrição das sucessões de personagens da História.

Para Airton José Cavenaghi (2008), *Panorama* de Nelson Werneck Sodré destoa das produções anteriores sobre o Segundo Império, pois, realiza uma subdivisão dos períodos históricos distinta de outros autores como, por exemplo, Capistrano de Abreu (1925).

O momento histórico da escrita de *Panorama do Segundo Império* ainda era marcado pelo modelo adotado anteriormente, até pelo menos os anos iniciais da República. A subdivisão cronológica da história do período seguia as diretrizes apresentadas por Capistrano de Abreu em 1925. Para ele, o Segundo Reinado dividiu-se em quatro períodos: época das regências (1840-1850); o apogeu do Império (1850-1863); as guerras externas (1863-1870); e decadência (1870-1889). A cronologia de Capistrano, segundo Rohloff de Mattos, ainda “seguia de perto a periodização adotada por Joaquim Nabuco em *Um Estadista no Império*, [publicado] certa de três décadas antes. (Matoos, 1987.).

A obra de Werneck Sodré foge desse padrão tradicional ao propor uma subdivisão em sete “panoramas”, não somente vinculados a aspectos cronológicos, mas, principalmente, aos acontecimentos inseridos em uma totalidade. A primeira parte do volume, “Do reino à maioria”, mostra as particularidades da história nacional que desencadearia a estrutura formativa do Segundo Reinado. Nesse “panorama”, é mostrada a inserção do país no sistema capitalista internacional, sua manutenção como unidade territorial única, e descortinada para o leitor o cerne da obra, ou seja, os “panoramas” seguintes, fundamentais na formação da história do Brasil no Segundo Reinado. (CAVENAGHI, 2008, p.305-6).

A presença de um discurso geográfico – no sentido de tratar com questões da organização material da sociedade brasileira – torna a análise, que a princípio vê-se como particularmente histórica, mais rica para a compreensão do processo de formação territorial do Brasil daquele momento e também a forma como esses intelectuais da primeira metade do século XX percebiam e projetavam o país.

Cunha (2002) faz uma reflexão sobre o *Panorama do Segundo Império*, aproximando-o como projeto de Brasil, apontando os limites e avanços do autor.

Se aproximarmos da perspectiva dessa obra como projeto de Brasil, *Panorama* se configura como um avanço teórico como análise, ainda que insuficiente, já que é norteadada pelo enfoque da superação da elite agrária monárquica escravocrata pela elite dos letrados republicanos. Mas nela podemos perceber uma reflexão sobre a nacionalidade como uma questão que já começava a encontrar maior eco em sua obra. O historiador também não utiliza aqui o conceito de feudalismo e sim o de latifúndio – ainda que o conceito apareça paralelamente em alguns

artigos de jornais no período – mas escreve em algumas passagens sobre nobreza, servos e relações de servidão, classe média, oligarquia e clãs rurais. Também salta aos olhos que o eixo analítico, em que procura desvendar os aspectos do jogo institucional do império, está pautado em condicionantes éticos bem mais do que econômicos ou políticos a nortear aquele processo. (CUNHA, 2002, p.156-7).

Dois anos após o *Panorama*, o livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril (1941)* de Nelson Werneck Sodré foi publicado, resultado de suas incursões ao território que hoje pertence ao estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo na região que é hoje Campo Grande, entre os anos de 1934 e 1937. Este autor, neste período, acompanhava tropas do exército que estavam em movimento, possibilitando um estudo sobre aquela determinada porção do território e uma análise que vai além do foco que o subtítulo expõe, qual seja o processo de colonização pastoril do sertão de além-Paraná. Cunha (2002) sinaliza:

O ensaio é também um reflexo e quase uma denúncia de uma preocupação mais do que crescente nas suas reflexões, ou seja, a questão nacional e a necessidade de uma política de integração nacional via Estado, que já se apresenta com um forte viés antiimperialista, fatores esses que foram igualmente relatados naquela região, por Jorge Amado, nos *Subterrâneos da liberdade*. (CUNHA, 2002, p.153).

Mais especificamente, Sodré, “de certa forma justifica seu estudo lembrando que a grande conquista do Oeste, feita pelos homens do planalto do Piratininga, teve dois períodos nítidos: o “ciclo das bandeiras” e o ciclo das “monções” (SOUZA, 2008, p.278)”. Neste sentido, Sodré trabalha com outro tipo de desenvolvimento que ocorreu na região “Oeste”: o ciclo pastoril.

É natural, explica Werneck Sodré, a cultura pastoril é fundamentalmente rústica e visceralmente pobre. Demasiadamente econômica, em sinais visíveis, pouco deixou de si. Na colônia, o dominador teve dois motivos de rancor contra a cultura pastoril. O primeiro consistia no fato de que ela não implicava arrecadação para o fisco. O segundo motivo não era menos forte: o vaqueiro tinha uma enraizada aversão ao domínio. Abandonou o litoral e penetrou no sertão, desceu e subiu rios e vales nessa constante fuga à autoridade, ao fisco e ao mando dos homens da Coroa, que, “arranhando o litoral”, no dizer de frei Vicente Salvador, nele fixaram a organização do fisco e da repressão. (SOUZA, 2008, p.278-79).

Em 1938, Sodré passa a servir diretamente na guarnição de Campo Grande e “integra a campanha contra os grupos de bandoleiros que assolavam os chapadões do Oeste”. (SOUZA, 2011)<sup>7</sup>. Souza comenta que Sodré “valeu-se mais de observações

<sup>7</sup> Jonas Soares de Souza, secretário de cultura de Itu, publica um artigo sobre o livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de Nelson Werneck Sodré, no site do centenário, em 2011. Disponível em: <http://www.noticiasitu.com.br>

diretas e vivência militar do que de análise de dados estatísticos, documentos e bibliografia”. Isto pode ser verdade em parte, pois, este autor utilizou uma bibliografia e lançou mão na construção discursiva do livro, de dados importantíssimos e caros à ciência geográfica e a outras ciências humanas.

Nelson Werneck Sodré manifesta uma preocupação recorrente durante todo o “Oeste” com a identidade nacional, porém não fixa sua atenção exclusivamente nesse tema, mas o liga ao problema da unidade do território<sup>8</sup>. A proposta de Sodré esteve focada, nessa obra, sobre a efetivação de um processo de desenvolvimento do país pelas vias férreas e na criação/ampliação do mercado interno: seria a modernização do território brasileiro via Estado promovendo a integração territorial pelo transporte ferroviário.

A preocupação do autor em relação à identidade nacional brasileira perpassa outras de suas produções, tal como *Panorama*, com forte influência do pensamento autoritário, tal como sinaliza Cunha:

Por outro lado, *Panorama do II Império* [obra de Sodré de 1939] não deixa de ser um livro de explicações conservadoras, na medida em que ainda procura demonstrar determinadas alterações socioeconômicas, a exemplo da escravidão, como resultado das positivas mutações éticas ocorridas, como assim ele explica a recém-convertida postura da Inglaterra contra o tráfico negreiro, ou mesmo quando recupera uma outra face da questão, ou seja, a sua função social, influenciado, ao que parece, pelo patriarcalismo da obra de Gilberto Freyre. Sodré recorre, nesse livro, e muito, às categorias de Pareto e, como não poderia deixar de sinalizar nessa fase, aponta elementos reflexivos de uma leitura nacionalista, e da unidade nacional construída historicamente. Em vários momentos, percebe-se ainda no livro uma certa influência de Azevedo Amaral, ainda que, nesse momento, já apresente discordâncias com este autor, discordâncias até então ausentes em seus comentários anteriores.

Se aproximarmos da perspectiva dessa obra como projeto de Brasil, *Panorama* se configura como um avanço teórico como análise, ainda que insuficiente, já que é norteada pelo enfoque da superação da elite agrária monárquica escravocrata pela elite dos letrados republicanos. (CUNHA, 2002, p.156-157).

Três anos após a publicação do *Oeste*, Nelson Werneck Sodré publica o livro *Formação da Sociedade Brasileira (1944)*. Este marca o período de transição do pensamento político e intelectual do autor. Nessa obra são perceptíveis laivos da teoria marxista, como uma tentativa de interpretar o Brasil com um método não utilizado e

---

<sup>8</sup> O que, no ensaio em questão, está presente apenas em alguns momentos – o capitalismo como centralidade de nosso processo histórico –, com certeza, estará bem mais fundamentado em outro trabalho, de 1944, *Formação da sociedade brasileira*, em que o historiador se aproxima da leitura de um capitalismo mercantil (...). Vale destacar, no momento, que a questão maior desse ensaio é a grande propriedade como sinônimo de atraso, e nesse sentido, desestabilizadora de um projeto de unidade e integração nacional. (CUNHA, 2002, p.154).

mesmo não conhecido por muitos. Contudo, tal produção werneckiana ainda se enquadra no primeiro período de produção intelectual e político do autor, sendo considerada assim por estudiosos da obra de Sodré<sup>9</sup>.

Pode-se considerar tal obra como um ensaio histórico-sociológico, no qual, a principal preocupação do autor refere-se à organização do território americano pelos portugueses, “feita em razão de um sistema pouco dinâmico, que se organiza a partir do processo político lusitano, e que termina, entretanto, por inaugurar uma lógica própria em terras brasileiras”. (TALARICO, 2008, p.128).

A análise do autor sobre os processos dinâmicos do território brasileiro perpassam toda a complexidade do processo produtivo vivenciado pela Colônia e, posteriormente, pelo Império e pela República. Percebe-se, portanto, durante todo o livro que a produção do espaço colonial lusitano e do espaço republicano é fruto de um processo complexo da produção econômica vinculada ao território.

De acordo com Talarico (2008),

Percebe-se, nessa obra, uma ampliação das conquistas do modernismo, movimento de idéias que, nos decênios de 1920 e 1930, logrou romper com o academismo e com os recalques históricos vigentes no oficialismo literário, promovendo o conhecimento apaixonado, e desidealizado, da experiência nacional. O Estado Novo, de 1937 a 1945, encontra o movimento ideológico modernista esgotado, no âmbito literário, e voltado para um maior investimento estético. Esse fenômeno literário, porém, diz respeito à conquista de uma maior especialização do conhecimento, tendo o ensaio histórico-sociológico se desvinculado da prática literária. Para esse outro campo do conhecimento, bem como para a militância política, migram os engajamentos políticos, tão importantes nessa fase de ditadura varguista e de luta mundial contra o fascismo. Vale marcar que a literatura, até então, fora o campo exclusivo a abrigar tais esforços, e que, nesse momento, ocorre uma conquista fundamental para a história das idéias no Brasil. (TALARICO, F, 2008, p.131).

Assim, essa obra de Nelson Werneck Sodré (1944) apresenta características importantes no debate do período, tendo como seus principais interlocutores Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.

As três produções de Nelson Werneck Sodré elencadas aqui, apresentam uma singular importância para o que diz respeito à ciência geográfica. A presença de uma análise do território brasileiro como tema central de tais produções evidencia tal importância. O *Oeste*, por exemplo, chamou a atenção da comunidade de geógrafos no início dos anos de 1940, sendo elogiada pelo geógrafo francês Pierre Monbeig. Data deste período o convite feito por Monbeig a Sodré para colaborar na Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB).

Portanto, poder-se-á realizar dois questionamentos que podem ser investigados e analisados com mais profundidade na produção desse intelectual brasileiro, quais sejam: Qual é o discurso geográfico que Nelson Werneck Sodré utiliza nas suas obras para

---

<sup>9</sup> Ver em Paulo Ribeiro da Cunha (2002): Um olha à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento político de Nelson Werneck Sodré. p.152-155.

compor uma análise do Brasil? Qual era o papel da Geografia no início do século XX no que diz respeito à formação do território e da sociedade brasileira, ou seja, com quais ideologias geográficas viria carregado, sendo veiculado pelos intelectuais, legitimando as opções políticas consolidadas pelo Estado?

### **Formação territorial do Brasil: o olhar de Nelson Werneck Sodré**

Partindo do pressuposto de que Nelson Werneck Sodré constituía-se em um *indivíduo expressivo* (GOLDMANN, 1979), sendo, portanto, um indivíduo com maiores capacidades de expressar, a partir de seus escritos, uma *visão de mundo* compartilhada por um determinado grupo social; e de que há uma necessária ligação entre as visões de mundo e uma busca por uma eficácia política dos discursos ideológicos, o interesse e a importância nos estudos da obra de Nelson Werneck Sodré vão além da mera constatação e caracterização do contexto histórico, social, político e do grupo ligado ao intelectual em questão: é, antes, uma preocupação também com a determinação da posição social e ideológica ocupada por este, evidenciando a existência de uma possibilidade para o seu presente, que pode ser entendida como legitimada ou não no panorama espacial, territorial, ou melhor, da formação territorial.

Entende-se que as três produções elencadas trata-se de um esforço do autor no sentido de interpretar o Brasil e, de certa forma fazer proposições, aplicando a sua *visão de mundo* representativa de um grupo no jogo de forças da sociedade. Assim, *Panorama do Segundo Império*, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, *Formação da Sociedade Brasileira* apresentam uma contribuição interpretativa de Brasil, sobretudo, como projeto de Brasil (CUNHA, 2002), no sentido de trazer reflexões sobre diversos fatores presentes na formação territorial brasileira.

Pode-se dizer que as três produções do primeiro período elencadas para a análise enquadram perfeitamente no sentido não meramente do contar a história, mas, sobretudo, de olhar para o Brasil através do seu processo de formação territorial, ou seja, pelas ordens da política, da economia e da cultura. Assim, as manifestações materiais no território não podem ser distintas ou encontrarem-se distantes de tal processo de formação territorial.

### ***Panorama do Segundo Império: Nacionalismo e Unidade Nacional***

O momento histórico do Segundo Império é visto pelo autor como o período de formação da identidade nacional brasileira. Neste sentido, um questionamento torna-se válido: quais momentos históricos criam para o Brasil a ideia de nação? Para responder a isso nosso autor recorre ao que ele denomina de Panorama. (CAVENAGHI, 2008). Os Panoramas têm o significado de conseguir apresentar visões amplas de elementos constitutivos desta formação territorial e explicar processos fracionados da totalidade sócio-espacial.

Deve-se levar em consideração que o conceito de formação territorial transcende o de território em si, uma vez que se trata de um processo de ordem política, econômica e cultural com manifestações materiais concretas específicas segundo as formações



sociais envolvidas. Nesse sentido, território e Estado aparecem amalgamados em sua elaboração histórica.

Segundo Moraes,

A construção política dessa jurisdição [o Estado territorial] pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurisecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno. (MORAES, 2005, p.51).

Santos (1999) propõe que o território em si não pode configurar-se como uma categoria de análise. Tem-se que considerar o território usado.

Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. (SANTOS, 1999, p.19).

Território usado visto como território em processo ou mesmo como território em mudança está muito ligado à própria ideia de formação territorial. Na verdade, considerando a escala nacional, pode-se fazer uma aproximação entre os conceitos *território usado* (SANTOS, 1999) e *formação territorial* (MORAES, 1988; 1991; 2000; 2005), no sentido de que eles fazem referência ao processo de formação de uma dada espacialidade.

Para o contexto brasileiro, Nelson Werneck Sodré propõe, considerando aqui uma das teses principais do *Panorama do Segundo Império*, que o processo de constituição do que seja nacional inicia no período explicitado no próprio título da obra. Por isso, explica-se a necessidade do autor de trabalhar sempre com os conceitos de *território, unidade, organismo nacional, nacionalidade, região*.

Sem contacto entre si, as diversas partes do *organismo nacional* não podiam compreender os anseios mútuos nem lutar pelos mesmos princípios. A compreensão nasce do conhecimento. No Brasil da Regência, entretanto, não havia comunhão entre as províncias. (SODRÉ, 1939, p.5, grifo nosso).

A necessidade de se basear numa análise do território quando se discute o processo de constituição da nação remonta à própria história do Brasil. O processo de apropriação e produção do espaço e, também, da sua consolidação “pode ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira”. (MORAES, 1988, p.94-95). O Brasil, na atualidade, ainda vive este processo de construção e consolidação do território.

Observa-se, mesmo em exposição sucinta que a análise das ideologias geográficas na política brasileira seria altamente reveladora da particularidade de nossa formação econômico-social. Estudos de tal natureza contribuíram em muito para o desvendamento desse capítulo singular da história do capitalismo: a formação da nacionalidade brasileira. Obra de conquista territorial de apropriação de espaço, de exploração do homem e da terra. De construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha a construção do território como elemento de identidade. De berço, o nacional é em muito o territorial. (MORAES, 1988, p. 95-96).

Nelson Werneck Sodré, na primeira parte do livro, traz uma reflexão importante e incisiva sobre a unidade das terras brasileiras. Segundo o autor, no Brasil Regência há um “divorcio geográfico e político” (SODRÉ, 1939), sendo que as consequências do divorcio devem ser buscadas no período da instalação da coroa portuguesa nessas terras. Tal período, o “Episódio Colonial” da história do Brasil, configura-se como o medievalismo da sociedade brasileira.

O Brasil, até os dias atuais, apresenta regiões com características muito distintas entre si. Essa realidade, colocada no final do século XIX e início do século XX, intensifica a problemática da unidade do território, conseqüentemente, da construção da nacionalidade. Nelson Werneck Sodré, em 1939, período que o Estado brasileiro estava à frente da consolidação da unidade territorial brasileira elabora um discurso reforçando a necessidade da consolidação da unidade: o problema da separação entre as províncias seria a distancia, entretanto, a língua e a fé as uniriam.

Houve, certamente, desde os primeiros anos, desde o alvorecer da nacionalidade, laços comuns a unir as diversas partes, separadas pelas infinitas distancias, na escassez dos povoadores. Entre esses laços preponderavam a língua e a fé, que eram as mesmas. E o elemento colonizador trazia uma tradição de cooperação que ajudou, nos primeiros revezes, a busca de reforços para a expulsão do estrangeiro que rapinava a costa. (SODRÉ, 1939, p.6).

Na segunda parte denominada *Panorama da Escravidão*, o autor discorre sobre a importância que o escravismo<sup>10</sup> teve na formação territorial brasileira. Trabalha no

---

<sup>10</sup> “O escravismo, esta instituição tão caracterizadora de nosso passado, teve na vastidão das terras um de seus condicionantes – aceitando-se a argumentação formulada por Marx acerca da “colonização moderna”. O próprio “sentido da colonização” aqui estabelecido repousa em certos atributos do meio: são condições ambientais distintas da metrópole que permitem uma exploração complementar”. (MORAES, A.C.R, 1988, p.95).

sentido de mostrar o *processo econômico da escravidão, a função econômica da escravidão, o tráfico e zonas de distribuição e a decadência.*

O autor, na análise empreendida sobre o escravismo destaca a importância da utilização do *elemento servil* como base no desenvolvimento da economia colonial e republicana. No processo de produção do espaço brasileiro o escravismo deixou marcas no território a partir do momento que os *elementos servis* propiciaram o *progresso material da terra.*

Os coeficientes que dizem respeito ao negro, ao tempo do segundo império, são continuação da época colonial e dos intermédios: reino, primeiro império e Regência. As zonas de condensação são aquelas que marcaram o evoluir e a marcha da civilização brasileira, civilização apoiada em grande parte sobre o elemento servil. E, quando escrevemos civilização, aqui, não queremos significar, apenas, o desenvolvimento comercial, expresso pelo surto da sua lavoura, pela penetração do homem, aproveitando as terras, pelo aumento do seu commercio. Mas em todos os sentidos, na amplitude da palavra e não numa significação restricta e vulgar. No evoluir do seu pensamento, nos mythos políticos e sociaes, na physionomia da gente brasileira, na sua psychologia collectiva e individual, em todas as faces em que o negro escravo influiu. Porque elle influiu em todas e, apoiando, com o trabalho dos braços, o progresso material da terra, fundia-se em todas as manifestações da sua cultura, em todos os aspectos da existencia brasileira. A sua contribuição generalisou-se a todos os planos e a todos os terrenos. E foi enorme. (SODRÉ, 1939, p.61).

Nelson Werneck Sodré vê o *elemento servil negro* de uma forma positiva, contribuindo para a formação étnica, social e política do país. Todo o desenvolvimento que as regiões do Brasil experimentaram no período colonial e republicano deve-se ao trabalho empreendido pela força do trabalho escravo. Por isso, o destaque à escravidão como elemento importante para a formação territorial brasileira.

Ainda na primeira parte do livro – *Panorama da Escravidão* - o autor faz uma crítica direcionada ao governo de Getúlio Vargas sobre a forma como adotou política nazi-fascista alemã no período da Segunda Guerra Mundial. A crítica é feita quando Sodré faz uma reflexão sobre a contribuição do negro para a formação étnica do Brasil.

A contribuição do negro para a formação ethnica do Brasil, - alem da sua contribuição para a formação social de política, com o cabedal fornecido para a formação psicologica do povo brasileiro, - foi duma relevancia que não póde deixar de ser posta em evidencia mas cuja explanação não poderia caber nos limites deste livro, senão nos duma obra especializada, como já vamos tendo, mercê da atenção que vêm merecendo os estudos a respeito, feitos á luz da verdadeira sciencai e não ao sabor dos sentimentos ou das directivas partidarias, dum partidarismo e duma unilateralidade que nem nossa é, que importamos como si a nossa formação permittisse o criterio de *pureza racial*, falso sob todos os pontos de vista, mas levantado para fins collateraes, em outras terras. (SODRÉ, 1939, p.68).

A próxima parte do livro é denominada pelo autor de *Panorama Político*. Nela é explorado o momento histórico proposto por meio das biografias críticas de Pedro II e Caxias. Nelson Werneck Sodré não abandona a discussão sobre a integração do território (via transportes) e, sim, intensifica-a neste *Panorama Político*. As vias de comunicação entre as províncias eram extremamente deficitárias no período e, comprometia a integração desse vasto território, sobretudo, aquelas áreas ao interior.

Quando Pedro II chega ao throno, na sua maior idade apressada, o Brasil se constitui de dezoito províncias. Só mais adiante se desdobrará nas vinte que vão constituir os estados da federação de 89. Para ligal-as, as vias de comunicação são poucas. Os transportes permanecem muito lentos. As notícias chegam ao interior e às mais longínquas localidades, com atraso de meses. Em 1850, quando se suprime o trafico negreiro, inaugura-se a primeira linha de navegação a vapor, entre o Brasil e a Europa. De 1854 a 1858, constroem-se as primeiras estradas de ferro. Estendem-se os primeiros fios telegraphicos. Cream-se as primeiras linhas de navegação fluvial. Em 1865, Agassiz viaja no Amazonas, em vapores da companhia de Mauá. Em 1867 havia, no paiz, 601 Kilometros de estradas de ferro. Em fins de 1870 esse numero se elevava em quasi mil. Depois da guerra do Paraguay, porem, é que a construção de estradas se acceletou. O numero de linhas, em extensão, chega a 4.865 Kilometros, em 1883. Em 1887, attinge a 8.846 Kilometros. Para se tornar, nos fins de 1888, em 9.200 Kilometros. Isso num tempo em que a Argentina só possuía 6.205 Kilometros de estradas de ferro e o Mexico, Chile e Perú ultrapassavam mil, deixando as outras nações sul americanas a distancia. As linha telegraphicas reduziam-se, em 1873, a 3.469 Kilometros. Esse numero elevava-se para 5.151, em 1875. No anno anterior havia sido inaugurado um cabo submarino para a Europa e outro que corria ao longo da costa. Em 1888, attingiram 18.000 Kilometros aproximadamente. (SODRÉ, 1939, p.83).

No *Panorama Político* além da reflexão sobre a produção do espaço brasileiro, sobretudo a questão da integração territorial, o autor traça o perfil político de todo o período do Segundo Reinado. Tal perfil político é traçado no segundo capítulo do *Panorama Político*, qual seja *A sucessão dos gabinetes*.

O que mais nos interessa nesta parte é quando Nelson Werneck Sodré trata das *crises revolucionárias*. Nesse momento, o autor trabalha a questão regional do período do Império, pois, vê-se que foram as *peculiaridades regionais no Brasil* o impedimento ou a solução para a integração territorial e a criação da nacionalidade brasileira.

Baseado na obra *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, Sodré realça a crítica sobre o olhar para o Brasil como se a homogeneidade fosse a característica marcante de sua formação: a unidade nacional brasileira é caracterizada pelo conjunto das diferenças regionais, portanto, não o contrário, eliminando-as. O discurso da importância da região está completamente casado com o discurso getulista da década de 1930, preocupado com a questão da unidade brasileira valorizando as partes (as regiões) que dão a coesão do país.

O sr. Oliveira Vianna, num dos seus livros mais lúcidos, aponta um dos erros mais communs em que incidem os estudiosos das cousas brasileiras: o de tomar como um todo a nossa terra e a nossa gente, deixando de estabelecer os traços de diferenciação, as peculiaridades regionaes, para a explicação dos factos historicos, dos movimentos politicos e das mutações sociaes.

Si o desequilíbrio brasileiro provinha, duma maneira geral, da impotência do centro para afirmar-se, ante as forças regionaes, impotencia que lhe advinha duma tradição de autonomia que tinha suas origens na phase colonial, e de diversos factores psicologicos já explicados nesta obra, - não é menos exacto e por isso não pode deixar de ser levado em conta, que as insurreições provinciaes que alteraram a phisionomia do paiz, desde os tempos do reino, com D. João VI, até a primeira phase do segundo imperio, a da centralisação e de fortalecimento, tiveram seu caracter proprio, fundamentaram-se em motivos particulares, surgiram e modificaram-se ao sabor de condições locaes cujo esquecimento importaria em generalisar, para uma terra immensa, conceitos apanhados no estudo e na pesquisa de uma ou outra dessa insurreições, com evidente sacrificio da verdade social. (SODRÉ, 1939, p.119-20).

A próxima parte do livro denominada *Panorama parlamentar*, momento em que o autor “articula uma nova visão para a questão das elites brasileiras, representantes do poder gerencial” (CAVENAGHI, 2008, p.307). Baseado nas obras de Machado de Assis, Nelson Werneck Sodré constrói uma análise sobre a substituição dos antigos clãs rurais por uma elite urbana “mais próxima, mesmo que simbolicamente, do imperador, amante da literatura e das ciências”.

Avançando, no *Panorama econômico*, o autor compõe uma análise sobre a importância da cultura do café para a economia do país. “Neste mesmo item, porém, encontramos uma crítica à monocultura cafeeira, que, ao chegar a determinada parte do território, não permitia a continuidade ou o aparecimento de outros modelos agrícolas”. (CAVENAGHI, 2008, p.308).

Não faremos uma afirmação vaga e literaria, mas apoiada na verdade dos factos e na realidade dos acontecimentos, ao dizermos que o segundo imperio foi o café. O regime derivou da produção que se desenvolveu na região do centro-sul. Já explicámos como o aparecimento e o vulto que logo tomou essa produção permitiu ao imperio a sua obra progressiva de centralisação. A localisação da grande fonte de riqueza na região próxima à sede do governo, e o facto dessa sede ser, ao mesmo tempo, escoadouro de grande parte das safras annuaes do café e estar ligada, por próxima, ao porto de Santos e à região da província de São Paulo em que essa produção se expandia extraordinariamente, - permitiu ao regime constituir na riqueza que delle derivava, a grande força da sua posição politica e o fulcro das suas actividades administrativas, de que a centralisação foi a caracteristica eterna. (SODRÉ, 1939, p.230).

Ainda no *Panorama Parlamentar*, o autor destaca a importância que Mauá teve na produção do território brasileiro, devido ao seu espírito empreendedor, “*o dono das iniciativas mais notáveis e único senhor dos problemas economicos do paiz*”. (SODRÉ, 1939, p.261). Mauá, para Sodré foi produto do meio em que viveu.

A figura de Mauá aparece, nestes estudos, não para ser posta numa evidencia impar, em que se destaque, como um notável realizador e dono da clarividência que une, na mentalidade dos homens de negócios, muita vez, o talento delles à visão politica. Mas para caracterisar uma época. Para mostrar como foi elle, não o creador dum ambiente, mas o producto do meio em que viveu. Para indicar a sua acção se precisou, até nos seus traços mais secundarios, por uma communhão profunda com o segundo imperio, no que este possuía de característico: as linhas da sua estrutura economica ainda embryonaria, a formação da sua sociedade urbana, em adeantamento, o advento do seu aparelhamento bancário, ainda combalido dos primeiros anno de fundação, as peculiaridades e o crescimento da produção agrícola, único fundamento dos seus recusos economicos e única constante a reger o aparelhamento bancário a constituir e do qual Mauá foi uma figura central e única. Nesse ultimo ponto, sendo o papel da sua organização economica tão imenso, elle avulta num contraste notável como sendo o fulero do systema bancário, forte, poderoso, único ante as deficiencias do systema bancário official. É um dos aspecto mais curiosos do contraste entre a fortuna publica e a fortuna particular, no tempo. (SODRÉ, 1939, p.260).

No *Panorama da Centralização*, o autor discute o processo de centralização administrativa do Segundo Reinado. Uma das discussões que retorna nesta parte do livro, cara a este trabalho, é a influência dessa centralização em detrimento dos interesses regionais, abalando, consequentemente, a questão da integração territorial e a unidade nacional. De acordo com Sodré, esse processo contribui diretamente para disseminar a ideia de separação. O autor coloca que a política imperial confundiu centralização com unidade, provocando consequências gravíssimas à manutenção da configuração territorial existente<sup>11</sup>.

Nelson Werneck Sodré aborda também a perda de poder das oligarquias com o passar dos tempos. De certa forma o autor coloca este processo numa condição negativa, pois, nessa lenta destruição do poder oligárquico, o centro “acabara por derrocar as próprias forças que alicerçavam, de inicio, a sua implantação como eixo da nacionalidade, aquela tradicional aristocracia latifundiária”. (SODRÉ, 1939, p.286).

As olygarchias perdiam, com o passar dos tempos, uma a uma as suas prerogativas. Já não podiam arrastar dependências. Passavam a depender. Passavam a subalternas da machina central que contra ellas se montara, contra a força que ellas representavam, contra a iniciativa que possuíam para uma serie de providencias, contra a ânsia de autonomia economica que encarnavam, na luta pela solução dos seus problemas com os seus próprios

---

<sup>11</sup> Ibidem, p.279.

elementos e pelo entendimento directo com todos os interessados. Tudo isso se cortava e tudo isso se amputava. Ficavam as oligarquias provincianas, que dominavam municípios inteiros, zonas inteiras, subordinadas ao alvitre do centro, vinculadas às iniciativas do centro, dependentes de suas providencias e secundarias no processo de desenvolvimento da terra. (SODRÉ, 1939, p.286).

No *Panorama do Ocaso* o autor finaliza as propostas e as discussões levantadas. Assim, demonstra os motivos pelo qual o Segundo Reinado chegou ao fim. Sodré discute que o processo de constituição da república não foi uma vitória e, sim, fora consumada a decadência e a extinção do Império. O único papel da república neste momento foi tomar posse da direção da coisa pública.

### ***Oeste: O discurso da Unidade territorial via Estado***

Nelson Werneck Sodré manifesta uma preocupação eminente durante todo o “Oeste” com a identidade nacional, porém não fixa sua atenção somente sobre esse tema, mas o liga ao problema da unidade do território. A proposta de Sodré esteve focada, nessa obra, sobre a efetivação de um processo de desenvolvimento do país pelas vias férreas e na criação/ampliação do mercado interno. Assim, fica sinalizada a concordância entre o discurso de Sodré ao projeto do Estado brasileiro entre os anos de 1930-1945 – período Getúlio Vargas.

No início da década de 1930, a luta entre o poder central e os grupos regionais estava vinculada diretamente à questão da unidade e integração do território brasileiro. Neste contexto, a corrente do pensamento autoritário ganhou força no Brasil.

O padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organizações das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuía para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas. (FAUSTO, 2008, p.357).

Sob a égide desse pensamento foi projetada a modernização do país, num processo que foi denominado de modernização conservadora<sup>12</sup> alimentado pelas classes dominantes do país.

---

<sup>12</sup> No decorrer do Estado Novo, Getúlio não foi um simples instrumento de um poder de decisão que estaria em mãos dos militares. Apesar de sua grande influência, as Forças Armadas não constituíam um grupo monolítico, com um programa definido nos vários setores da política estatal. Sua coesão era dada pelo acordo em torno de um objetivo geral: a modernização do país pela via autoritária. Mas os pontos de vista militares, no que diz respeito às relações com as grandes potências e a um projeto de desenvolvimento econômico com maior ou menor autonomia, variavam de acordo com os grupos e as inclinações pessoais. (FAUSTO, 2008, p.369).

Muito influenciado pelo pensamento autoritário, sobretudo por Oliveira Vianna, Sodré, no *Oeste*, trabalha sobre a unidade e a integração do território brasileiro e a necessidade de instalação de objetos técnicos como a malha ferroviária a fim de garantir a integração do território.

Ligados e orientados diretamente a esse pensamento, apresentam-se no Brasil, durante as décadas de 1920 e 1930, os primeiros estudos voltados para a geopolítica e que podem ser considerados resultados das necessidades que se impunham no país, à época. A ideologia nacionalista sustentou os estudos geopolíticos, que almejavam o Brasil como potência econômica mundial. A extensão territorial brasileira e as diferenças regionais eram as grandes preocupações de tais estudos geopolíticos. Assim,

A unidade nacional passa a ser questão de extrema relevância e a centralização política ganha grande destaque, tornando-se temas de debates nacionais. Neste contexto, a divisão regional, já analisada por Oliveira Vianna, desde seu primeiro trabalho, desperta grande interesse e, talvez, isto tenha levado a uma leitura tão intensa de suas obras neste período [décadas de 1920 e 1930]. (ANSELMO, 1995, p.34).

Pode-se tomar como verdade que o contato de Nelson Werneck Sodré com a obra de Oliveira Vianna data desse período e, também, a absorção do discurso geopolítico preocupado com a questão da unidade nacional brasileira.

O período compreendido entre 1937 e 1945 ficou conhecido como Estado Novo, no qual o regime de governo é caracterizado por um populismo autoritário. De acordo com Andrade (1989),

[...] durante este período foram investidos grandes esforços na modernização do setor urbano-industrial da economia, enquanto procurou-se manter as instituições tradicionais no setor agrário. A construção de uma malha rodoviária que facilitasse as migrações para os centros mais industrializados foi muito estimulada, além da ocupação de áreas consideradas vazias, do ponto de vista demográfico, como o norte do Paraná e o sul do Mato Grosso. (ANDRADE apud ANSELMO, 1995, p.34).

Nelson Werneck Sodré trabalha no “Oeste” justamente essas áreas consideradas “vazias” e, é percebendo esse território “fragmentado” – com problemas do ponto de vista demográfico e da ligação destas áreas ao “corpo da nação” (São Paulo)– que constrói um discurso casado com a ideologia da modernização proveniente do setor urbano-industrial.

Nesse sentido, percebe-se a intenção e a defesa de um ordenamento territorial que implantasse sobre o espaço uma infraestrutura capaz de promover a integração do território como uma unidade. Os objetos técnicos a serem implantados diriam respeito a grandes obras de investimento estatal capazes de gerar impactos suficientes para estimular todo um processo de ocupação e desenvolvimento econômico efetivo. Esses objetos técnicos são apresentados por Sodré de uma maneira decisivamente assertiva e em momento algum é feito sobre eles qualquer questionamento sobre os possíveis impactos negativos sobre a natureza ou sobre as populações locais. Ao contrário, a

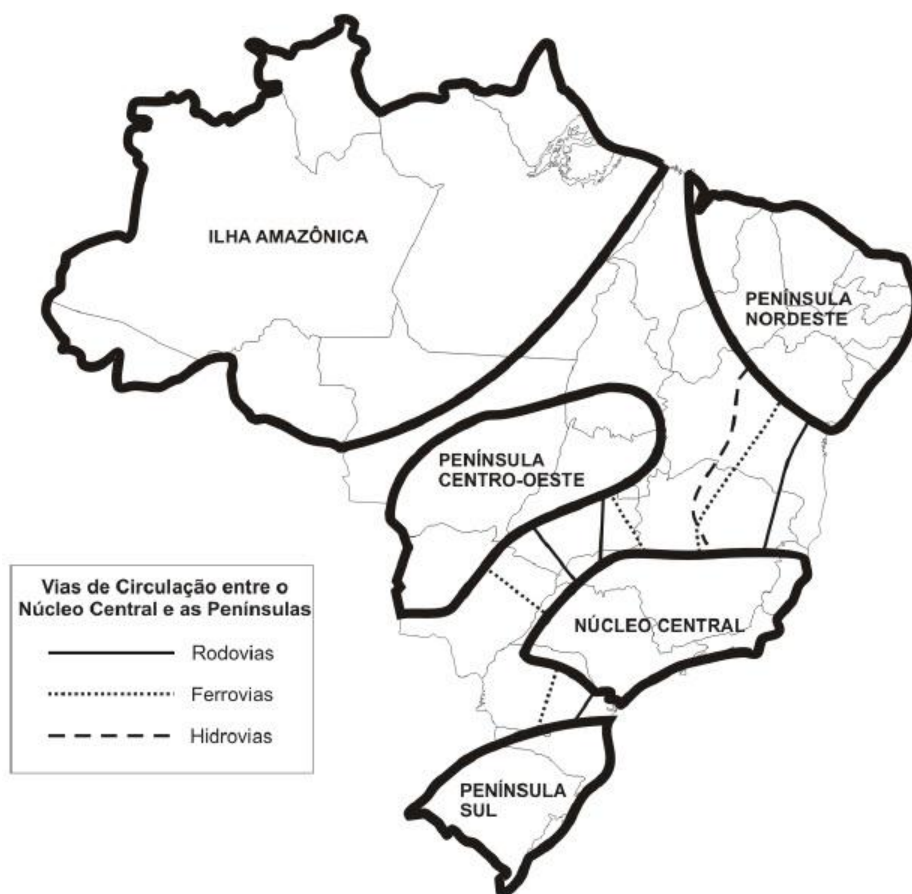


“natureza natural” precisaria ser “domada” e posta a serviço do “progresso” e todos os indivíduos que se opuserem à ordem deveriam ser “enquadrados”, da mesma forma que os “desocupados” das cidades deveriam ser levados a trabalhar nos campos.

O período de expansão das ferrovias (1835-1957) está ligado ao discurso elaborado por Mário Travassos. Esse intelectual geopolítico militar propunha um plano viário, no período Vargas, que acompanhasse “as linhas naturais ou geográficas de circulação do próprio território e contendo as adaptações ou variantes que as possibilidades humanas põem hoje ao serviço dos homens de Estado”. (TRAVASSOS, 1935, p.186 apud VLACH, 2002/2003).

De acordo com Golbery de Couto e Silva (1952-60), outro intelectual geopolítico militar, leitor de Mario Travassos e, provavelmente, de Sodré, entre o final do século XIX e início do XX, do ponto de vista da circulação, o território brasileiro era um grande “arquipélago”, formado por um núcleo central – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte –, três grandes penínsulas – região Nordeste, Sul e Centro-Oeste – e uma grande “ilha perdida” – A ilha amazônica (Ver Mapa 1). Neste sentido, Couto e Silva (1952) propõe um processo de ligação entre o núcleo central e as três penínsulas e, a partir disso, a ligação do Centro-Oeste com a Amazônia.

Mapa 1: Organização do território brasileiro



Fonte: VENCOVSKY, V. P. (2006)

\* O autor utilizou-se do mapa produzido por Couto e Silva.  
(COUTO e SILVA, G. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: ESG, 1952-60)

Sodré, no “Oeste”, escrito em 1941, discute especificamente o papel da ferrovia que ligaria, neste caso, a “Estrutura brasileira/Corpo do Brasil” (“núcleo central” para Couto e Silva) ao “Oeste” (“península Centro-Oeste” para Couto e Silva).

Essa discussão está intrinsecamente envolvida ao processo de regionalização do território brasileiro, política territorial também iniciada durante o governo de Vargas. A centralização do poder, o fortalecimento do Exército<sup>13</sup> (instituição na qual Sodré atuava), a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e as ideias sobre unidade e integração nacional que estavam presentes como discurso e como prática do Estado, influenciaram diretamente Sodré na produção do “Oeste”.

No primeiro momento da obra, Sodré destaca a necessidade de resolver um “problema geográfico” de primeira ordem em relação ao Oeste: a criação do vínculo entre os territórios de Mato Grosso (“o grande Oeste”) ao “Corpo do Brasil”.

A necessidade, vislumbrada pela clarividência de Rio Branco, da ligação ferroviária com a Bolívia, cortando as terras do Oeste, devia contribuir para a abertura e realização, embora retardada, de uma obra singular, que constituiria uma nova componente na geografia humana do Oeste, a estrada de ferro que, partindo de Baurú, no Estado de São Paulo e transpondo o vale do Paraná, chegou à barranca do Paraguai, devendo prolongar-se, através do vale deste último, rumo Corumbá, para atingir, com a parte boliviana, a cidade de Santa Cruz de La Sierra. A Noroeste do Brasil vinha resolver um problema geográfico de primeira ordem, em relação ao Oeste: constituiria o vínculo, ainda bem tenue, é verdade, que uniria os territórios matogrossenses ao corpo do Brasil, do qual estavam divorciados, obrigados a depender da via fluvial do rio Paraguai, viável, para nós, desde a guerra contra a república do mesmo nome, mas que nos colocava na situação de aceitar a preponderância estranha das forças orientadas para a bacia platina, em lugar de corresponder ao apelo das forças nacionalizadoras que atraem para a zona amazônica ou para os portos do Atlântico, no litoral paulista. (SODRÉ, 1941, p.111).

Sodré coloca a construção da ferrovia Noroeste do Brasil como uma obra de suma importância para o desenvolvimento contínuo paulista chegar até o interior do país. A ferrovia seria o símbolo e, ao mesmo tempo, a possibilidade da chegada do nível de desenvolvimento experimentado por São Paulo ao interior.

A possibilidade de integração do Oeste na comunidade nacional só foi viável depois que a Noroeste reuniu a ponta dos seus trilhos, articulando-se com os da Sorocabana, que poderia continuar o escoamento da produção central, levando-a a Santos, por obra da realização formidável de Gaspar Ricardo, com o desvio de Mairinque, ou pela estrada estrangeira que une o porto às terras altas de Jundiá.

---

<sup>13</sup> “O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, foi uma das características mais importantes dos anos 1930-1945. Ele se deu tanto em número de efetivos quanto em reequipamento e posições de prestígio”. (FAUSTO, 2008, p.358).

O fato do centro de gravidade da extensa linha da Noroeste permanecer bem internado em território paulista, onde as cidades por ela servidas continuam num ritmo sempre acelerado de desenvolvimento, não deixa de traduzir as possibilidades do deslocamento progressivo desse ponto vital para as terras de Mato Grosso, no prolongamento da atividade paulista, já canalizada pela via férrea para o centro do Brasil. (SODRÉ, 1941, p.111-112).

A ligação com a Bolívia a partir da construção da ferrovia Noroeste do Brasil pelas terras a oeste, colocada por Sodré, é um ponto crucial do pensamento geopolítico presente em Mário Travassos. De acordo com Vlach:

Interessado na análise das relações entre a Geografia e a Política, Travassos aponta a existência de territórios marcados pelo que denomina de instabilidade geográfica. Define esse fenômeno como a “*oscilação de certos territórios entre determinadas características que os circundam*” (Travassos, 1935:61). As “características que os circundam” decorrem das condições geográficas, e da política definida por um Estado nacional face aos vizinhos.

A Bolívia, dividida entre a necessidade de um porto no Pacífico e outro no Atlântico, é um exemplo de instabilidade geográfica que, em caso de um conflito armado, provocaria problemas nas relações entre Brasil e Argentina, uma vez que esses Estados disputavam a hegemonia na América do Sul. Argumenta que as bacias hidrográficas do Amazonas (grosso modo sob o controle do Brasil) e do Prata (grosso modo sob controle da Argentina), essenciais à penetração do interior da América do Sul, atingem o Planalto boliviano, conferindo-lhe o caráter de *pivot* geográfico. Compreende-se, assim, porque considera que a Bolívia “*é o centro geográfico do continente*” (Travassos, 1935:64). E porque faz várias sugestões no sentido de que o Estado brasileiro implante uma infra-estrutura de transportes que, por meio da navegação fluvial no Amazonas e da estrada de ferro no Mato Grosso, lhe permita quebrar o controle que o Estado argentino exerce sobre a economia boliviana. (VLACH, 2002/2003, p.138-139).

Nelson Werneck Sodré também destaca a possibilidade de escoamento da produção pastoril para o mercado paulista pela via férrea.

A característica inicial e auspiciosa da via férrea em questão, ao lado do vínculo que estabelecia entre o Oeste e a estrutura brasileira, da qual ele estava praticamente divorciado, foi a possibilidade do escoamento da produção pastoril daqueles rincões, trazendo-a ao mercado consumidor, cada vez mais denso, do Estado cafeeiro.

Articulando uma zona de domínio exclusivamente pastoril ao território em que o esforço humano, no nosso país, conseguiu constituir o mais alto dos padrões de cultura agrícola, a via férrea da Noroeste operava um trabalho único e de importância capital. (SODRÉ, 1941, p.112).

Percebe-se neste sentido, no discurso do autor, a ligação existente entre a construção das vias férreas acompanhando o desenvolvimento das lavouras, sobretudo as lavouras de café em São Paulo.

A via férrea, desde o momento da construção, viria transformar o panorama das terras do interior. Sodré demonstra as modificações em prol do desenvolvimento, sobretudo, o econômico que provocaria a construção da ferrovia, via do desenvolvimento do Oeste brasileiro.

Desde o início, desde a sua abertura ao tráfego, a via férrea, mudando consideravelmente o panorama das terras interiores, exerceria uma poderosa ação na expansão humana no Oeste. Através da sua linha, penetraria essa zona uma crescente leva de trabalhadores. Cidades apagadas e mortas, tomariam novo impulso vivificador, ao contacto vigoroso do tráfego ferroviário. Ao longo do extenso prolongamento desses trilhos, núcleos urbanos se formariam ou assumiriam desenvolvimento até então desconhecido. Com a passagem dos anos, operado notável deslocamento na geografia humana do Oeste, os grandes centros de condensação e de distribuição ficariam à beira da Noroeste. Campo Grande tomaria um impulso poderoso. Colocar-se-ia, na configuração geográfica alterada pelo ritmo da locomotiva, como centro distribuidor de primeira ordem, destinado a ampliar cada vez mais o seu raio de ação e a constituir-se em fulcro de todas as forças em jogo nos territórios do Oeste. Pela sua situação, entre a barranca do Paraná e a do Paraguai, pela sua posição ante os campos de criação do sul, - Campo Grande tende a desenvolver-se continuamente e a ascender na via em que se acha, de centro poderoso, foco dinâmico da expansão humana e econômica, nas terras do sul matogrossense e, mais adiante, do próprio centro, uma vez que a articulação com a região de Cuiabá se consolide. O caráter de mercado fornecedor, de verdadeiro entreposto, que já vai assumindo, distribuindo os artigos que o parque industrial de São Paulo alí coloca, afirma, com maior certeza, a possibilidade do crescente desenvolvimento dessa cidade e da sua importância cada vez maior. (SODRÉ, 1941, p.112-3).

No excerto, Campo Grande, uma cidade do extremo oeste brasileiro, experimentaria um processo de desenvolvimento econômico e social possibilitado pela instalação da ferrovia. Ela se colocaria como a receptora e distribuidora dos recursos, ou da produção, advinda do centro econômico do país (São Paulo). Assim, Nelson Werneck Sodré coloca como consequência da construção da via férrea a condensação do “elemento humano” em terras do Oeste.

Como a gente de escassa civilização encontra sempre notável facilidade em transmigrar, é possível que a via férrea, pela necessidade mesma de, por ela, escoar a produção pastoril, exerça uma poderosa ação imantadora sobre os agrupamentos de população do sul, fazendo-os gravitar para a sua esfera de ação e conduzindo mesmo a um largo movimento humano para os seus pontos mais sensíveis, em detrimento da região anteriormente dominante, nesse fascínio. Os centros à beira da Noroeste tomarão, muito cedo, um

desenvolvimento muito grande, chamando a si todo o excesso humano, toda a massa oscilante que permanece no nomadismo das pastagens. Se tal ação for acompanhada pelo acesso progressivo da cultura agrícola, não é difícil prever a fixação desses elementos para um futuro não muito remoto. Tal função social, se levada a termo, será de efeitos sensíveis na organização social do Oeste pastoril, progressivamente podado em suas características. (SODRÉ, 1941, p.125).

A via férrea é mostrada como a força – “a força que chegou para jogar no panorama do Oeste” – transformadora e definitiva para as terras do interior. A via férrea conseguiria incorporar essas terras dentro do *sentido nacional*, pertencentes ao *corpo da nação*.

A via ferrea estabeleceria o elo imprescindível articulando a região do Oeste ao corpo nacional. Quebraria o perigoso divórcio que vinha na tradição histórica, imposto pelas eventualidades imperativas da configuração geral da geografia americana. Aproximando a região pastoril do mercado consumidor constituído em São Paulo, pelo adensamento de população que a lavoura cafeeira aí proporcionara e fornecendo o transporte, em troca, do parque industrial paulista ao sertão matogrossense, dos artigos necessários à vida e ao conforto, a via ferrea estabeleceria o mais forte laço de união, desde que o apoiaria na reciprocidade de interesses econômicos.

O aparecimento dessa força nova, decisivamente apoiada no puro sentido realista em que deve assentar a manutenção da unidade nacional, a criação e ampliação dos mercados internos, devia **quebrar a tristeza** do panorama anterior, afetando poderosamente o jogo de que é teatro o Oeste, formalizando a tendência da resultante para o sentido brasileiro, de que não deve escapar. Colocada na barranca do Paraguai, a ponta dos trilhos ferroviários representa o empuxo imprescindível, funcionando como verdadeira sucção da massa produtiva que, antigamente, descia o rio, em busca dos portos sulinos da costa atlântica. Prolongada a Corumbá, atravessando o trato brasileiro da margem direita do Paraguai, ela irá apoiar-se no grande centro distribuidor que domina a rede fluvial dependente desse rio, acaparando a corrente humana e produtiva que desce do centro, de Cáceres, de Cuiabá, levando o seu raio de ação à toda esfera anteriormente dominada, sem paridade, pelo eixo das águas. Resta, permanecendo dependente do rio Paraná, o escoamento da erva mate, que não pode ser articulado ao momento brasileiro em vista do seu mercado consumidor permanecer no sul, para o qual deve necessariamente, tender. (SODRÉ, 1941, p.151-152 – **grifos nossos**).

Sodré ainda levanta a discussão sobre a integração sul-americana via terras do Oeste, possibilitada pela construção e efetivação de medidas de política ferroviária que deveriam ser implementadas pelo Estado.

Quanto à Bolívia, o Brasil dispõe de duas componentes embora dispersas, que não conjugam, a fluvial, da bacia amazônica, ainda incerta e incipiente, e a terrestre, da estrada de ferro, em vias de tornar-se uma realidade expressiva. Em relação ao Paraguai, o nosso país só pode dispor de uma componente, a da Noroeste, em seu projetado lance para Ponta Porã, com um ramal atirado para Bela Vista, indo tomar contacto com as ferrovias paraguaias em Horqueta, com um lance para Bela Vista paraguaia, prevista uma ponte sobre o Apa.

Como quer que seja, concluída a ligação Brasil-Bolívia, levada a efeito a Brasil-Paraguai, intensificado o tráfico através da rede fluvial da bacia amazônica, as terras do Oeste seriam decisivamente interessadas no intercâmbio consequente e no escoamento acarretado, colocando-se fundamentalmente articuladas com o corpo nacional e servindo de linha de contacto através da qual se processaria a grande função do Brasil no panorama sul americano. (SODRÉ, 1941, p.155-156).

A construção da ferrovia não beneficiaria somente a integração nacional, mas também a política americana. De acordo com Sodré:

A nova componente jungia, de modo definitivo, o sul matrogrossense à estrutura nacional, à ação poderosa do oceano, em que está a resultante brasileira, emancipando-o da atração poderosa, e até então única, exercida pelas forças platinas, esboçadas na rede fluvial cuja resultante se compunha no estuário de que Buenos Aires é o maravilhoso ponto de escoamento e de distribuição. Levando a sua ação poderosa ao planalto boliviano, numa zona fortemente agitada e atraída para varios sentidos, a via férrea da Noroeste não só operará um processo de integração nacional, no campo restrito ao nosso território, como terá, desde logo, uma função nítida, no plano mais vasto e mais complexo da própria política americana. (SODRÉ, 1941, p.112).

O sentido nacional que a construção da via férrea apresenta para o Brasil, no discurso de Sodré, é evidente. Assim, a Noroeste do Brasil, que atravessaria todo o território brasileiro e que adentraria os territórios dos países vizinhos, constituiria, sem dúvida, não somente o sentido nacional brasileiro, mas, também uma influência imperialista.

Nelson Werneck Sodré propõe essa infraestrutura com o mesmo caráter proposto por Mário Travassos. Segundo Vlach:

No contexto de disputa da hegemonia na América do Sul, Travassos não ignora que a Argentina, melhor estruturada economicamente, possui outras vantagens importantes em relação ao Brasil, dentre as quais a rede de transportes. Porém, considerando a dimensão e o “tipo continental” do território brasileiro, e que a “influência continental do Brasil” pode aumentar por intermédio de uma rede de transportes bem estruturada, e empregando todos os tipos de transporte – fluvial na

bacia do Amazonas, ferroviário e fluvial na bacia do Prata [mesma proposta de Sodré], aéreo na extensão do território –, considera que o Brasil deve desenvolver uma política de transportes coerente com a sua ambição de exercer influência política na região. Trata-se, em suas palavras, de “um dever político” do Brasil; esse dever considera seus interesses em escala nacional e regional. (VLACH, 2002/2003, p.139-140).

Quanto à região amazônica, Sodré a propõe como uma faixa. Em Couto e Silva ela aparece como uma ilha: isolada do restante da economia e vida nacional (2003). No Mapa 1, vê-se a região amazônica como uma ilha, ou seja, uma área ainda não ligada ao restante do território, mas, que seria através da possível ligação entre o “Centro-Oeste” com o “Núcleo Central”, a alternativa de dar início a um processo de integração efetiva do território com essas três regiões. Essa região, para Sodré, havia apresentado um surto de desenvolvimento econômico efêmero (“fulgurante, porém transitório”), durante o período da extração da borracha, no final do século XIX.

Pelas peculiaridades a que ficou subordinada, dependendo mais da atração do Amazonas do que da que provinha do sul e do centro-sul, tal região se alterou sensivelmente, não viu o aparecimento de centros urbanos, que tivessem uma continuidade apreciável, que tivessem vida, função própria. A faixa ligada à bacia amazônica permanece à espera do momento em que venha a exercer uma função de importância. (SODRÉ, 1941, p.122).

Percebe-se que Nelson Werneck Sodré, ao fazer uma análise do território denominado por ele de Oeste, trata de questões políticas da produção do espaço brasileiro que estão intrinsecamente envolvidas com as políticas desenvolvidas e propostas pelo Estado. Neste sentido, é interessante dizer que o autor trabalha o uso deste território, já que “as decisões políticas se gestam no território”. (SILVEIRA, 2010, p.74). E esse território deve ser compreendido a partir de seu uso. (SANTOS, 1999).

### ***Formação da Sociedade Brasileira: Um esforço de interpretação do Brasil***

Como exposto anteriormente, no livro *Formação da Sociedade Brasileira*, Nelson Werneck Sodré apresenta como tese central a questão da organização do território americano pelos portugueses – os quais inauguram uma lógica (dinâmica) própria em terras brasileiras – trazendo a análise até o momento precedente à crise de 1929.

O autor discute e demonstra os precedentes históricos constitutivos do processo de formação territorial que serão imprescindíveis quanto ao aparecimento de problemáticas futuras desta formação sócio-espacial. As relações exteriores com a Inglaterra, por exemplo, aparecem como fator importante na construção e produção do espaço luso-brasileiro.

No espaço, (...) a intensa exploração predatória do latifúndio não cria valores econômicos e sociais que beneficiem a maioria dos agentes

desse processo, cujo vínculo com o território será pequeno e impermanente. O patriarcalismo é incapaz de espírito público; organiza a vida coletiva de acordo com os seus interesses particulares; a produção que comanda, e que estagna as relações sociais, obedece a lógicas extrínsecas; é inorgânica, dependente e provisória. Desnecessidades, ou necessidades outras, promovem o deslocamento das fronteiras econômicas e, assim, esforços coletivos fazem-se e desfazem-se, provocando a ascensão de algumas áreas, e a decadência de outras. A riqueza – impermanente – de alguns espaços é simultânea à pobreza subsistente de outros, como foi o caso paradigmático da capitania de São Vicente, onde a conquista de terras se fez pela escravização dos povos indígenas. A busca pelo ouro, o apresamento e a efetiva posse do território pelos bandeirantes paulistas para a Coroa portuguesa efetuam a heterocronia desse território (bastante diverso da então rica zona nordestina do açúcar, por exemplo). São díspares e dispersos os núcleos habitacionais por toda a colônia. Se há alguma unidade entre esses espaços, separados entre si por imensos vácuos, ela provém do escravismo, base da organização do poder patriarcal, enquanto as demais esferas seguem desorganizadas. Mesmo a pecuária extensiva no interior, que requer capital, embora menos, é prática de antigos proprietários de terra e escravos, agora empobrecidos. (TALARICO, 2008, p.128).

O autor constrói a reflexão sobre a formação da sociedade brasileira lançando mão de um discurso eminentemente geográfico. Trata-se de uma obra que deve ser olhada a partir da história territorial de formação do Brasil colônia, império e república. Nos doze capítulos que compõem a obra o autor utiliza constantemente o termo *geográfico*. A utilização desse termo segue duas interpretações fundamentais do autor. Numa delas, o termo *geográfico* aparece com o intuito de delimitação de uma área, ou mesmo à própria **posição** cartográfica. Num outro momento, o termo *geográfico* refere-se à **conquista/expansão** territorial, ou mesmo a defesa do território.

O papel que os historiadores tiveram como forjadores de nacionalidade dos países em vias de formação aparece como algo importante para construir uma análise sobre a contribuição de Nelson Werneck Sodré com o projeto de Brasil presente no período. Nilo Odalia ressalta esse papel que os historiadores tiveram.

Os historiadores atenderam ao apelo e procuraram atender a essa necessidade básica das nações que estavam em vias de formação. Eles se admitiram como os forjadores de nacionalidade. Agiram premidos e impulsionados pela urgência e pela consciência da tarefa que tinham a realizar. E é por isso que, para compreendê-los e explicá-los em suas relações com os grupos sociais que os sustentam e dão os elementos de sua concepção do mundo, é necessário que nos detenhamos e procuremos estar o mais próximo do que pensavam ser sua missão. É preciso refletir mais demoradamente nos elementos e nos fatores que condicionavam sua ação e seu pensamento, e que eles acreditavam ser o cerne para a constituição e a preservação dessa nacionalidade. É preciso que se indague o que queriam, ao que vinham, quando falavam em Nação. Quando decodificamos seus escritos, quando nos aproximamos do que tinham em mente, ao falarem em Nação,



atingimos o momento-chave do desvendamento. Este é o elemento central, a pedra angular de sua intimidade, que não é apenas a deles, mas de seu grupo social ou dos grupos sociais que se constituem e almejam a direção da Nação, criando, inventando projetos para ela. É também a chave para que se possa compreender que muitas das coisas pensadas e realizadas a eles devem ser remetidas e que, em consequência, se estabelece uma continuidade – feita de uma comunidade de idéias e de interesses – frequentemente dissimulada em falsos caminhos, vinculando-os, até hoje, a pensadores, historiadores, sociólogos etc., que muito amiúde reclamam uma originalidade que não lhes cabe. (ODALIA, 1997, p.34-35).

Assim, no primeiro capítulo do livro, *O alvorecer dos tempos modernos*, aparece como necessidade para sustentação de toda a elaboração do autor a explicação das origens do mundo moderno e, conseqüentemente, a *elaboração do estado nacional*.

O autor trabalha com diversos componentes da estrutura social, do período colonial, por exemplo, influenciaram na organização e na produção do espaço luso-brasileiro. A violência escravista e o ruralismo patriarcal dela decorrente podem ser dois destes componentes da estrutura social da época que marcaram profundamente as formas espaciais e temporais existentes.

O panorama da autarquia rural, da primazia do campo, da elaboração lenta de oligarquias poderosas, da constituição de poderosos clãs, há-de dominar o desenvolvimento brasileiro de séculos. Chegará à autonomia, passará ao império. Só entrará em positivo declínio, sob o regime da centralização monárquica, quando a luta de competição comercial, num país cuja produção permanecerá sempre à mercê das flutuações dos mercados externos, herança da colônia, acabará relegando a lavoura, sucessivamente, neste ou naquele trecho, nesta ou naquela cultura, a uma positiva subalternidade, à sombra do que tinha sido, quando a metrópole monopolizava e defendia o monopólio que, infelizmente, continha, dentro de sua articulação, os germes da própria destruição e ruína. “O latifúndio vicentista é um organismo completo, que se basta a si mesmo e por si mesmo se governa”(..).

Não surpreende, pois, que tais elementos fossem dotados de uma ânsia autonômica irrecorrível. São eles que organizam as **câmaras**, donde falam aos reis e aos seus mandatários. São êles, que, ante a autoridade clerical, quando se deflagra o conflito pela posse do índio escravo, diante do documento que lhes traz a excomunhão, o mais alto dos castigos com que se podia alcançar gente tão temente, não trepidam em rasgá-lo, em desafio, porque dêles vem tôda fôrça, todo domínio. (SODRÉ, 1944, p.100, **grifo nosso**).

Outra análise que Nelson Werneck Sodré faz está relacionada com o papel da descoberta do ouro no interior do território colonial português, propiciando a integração futura dos núcleos coloniais e também um processo de urbanização a partir do século XVIII. A partir disso, o autor discorre sobre a formação territorial do interior da colônia destacando a importância que a descoberta do ouro teve na produção do espaço do “sertão” colonial. Na descrição e análise realizada, vê-se a importância do pensamento

da coroa em relação ao processo de ocupação e exploração das terras coloniais. Não exatamente neste momento, Sodré discute também o papel das tropas do Exército no reconhecimento e delimitação do território.

Quando o ouro aparece, entretanto, e quando ressoa por tôda a colônia, e ecoa na metrópole o brado de descoberta, o anúncio não assinala uma era de esplendor novo, mas o comêço da fase mais negra do nosso desenvolvimento. Êsse destino começa por atingir aos próprios descobridores porque, quando os primeiros chegam e proclamam o aparecimento do ouro, e todos se atiram ao sertão, de sorte que os arraiais ficam desertos, de outro rumo também chegam os elementos privilegiados, aquêles que vêm cobertos pelas doações de terras, pelas concessões de exploração, precedendo os órgãos administrativos e lançando, por todo o interior onde o ouro espera, o ímpeto mortal de sua desenfreada cobiça.

Os caminhos internos de ligação entre os núcleos humanos do sul e do norte já eram conhecidos dos bandeirantes e foram por êles batidos e anunciados, quando o ímpeto do ouro se pronunciou. Já a costa de[sic] apresentava muito mais habitada do que no primeiro século. Durante todo o decorrer do segundo, realmente, em diversos pontos dela, em faixas inteiras, o desenvolvimento demográfico avultou sempre. As soluções de continuidade foram diminuindo. Houve zonas em que foi possível fechar, quase completamente, a orla marítima, com agrupamentos de povoadores. As ligações internas, entretanto, permaneceram muito mais retardadas, até que a mineração lhes viesse trazer a possibilidade de trânsito.

O declínio açucareiro, e os entraves ao livre desenvolvimento do norte, vão fazer com que o centro de gravidade da colônia vá se deslocando para a região do centro-sul. Já era tão poderosa a capitania do Rio de Janeiro que pudera levar a efeito a campanha contra os holandeses de Angola. (...).

Dos caminhos interiores que levam à zona que tomará o nome de Minas Gerais, um vinha de S. Paulo; o outro do norte, da Bahia. (SODRÉ, 1944, p.169-170).

De acordo com a citação acima, pode-se obter um panorama da preocupação do autor em discorrer sobre a formação dos caminhos que propiciaram a integração de várias regiões do território. No caso, a descoberta do ouro seria um dos *eventos*<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> A primeira dessas categorias é a noção de evento. Ela tem entrada recente no meu vocabulário e imagino que seja talvez a minha contribuição pessoal mais importante, na medida em que é a forma de resolver uma série de problemas de método. Isso porque permite unir o mundo ao lugar; a História que se faz e a História já feita; o futuro e o passado que aparece como presente. O presente é fugaz e sua análise se realiza sempre a partir dos dois polos: o futuro como projeto e o passado como realização já produzida. O evento aparece como essa grande chave para unir também as noções de tempo e espaço, que até recentemente não apareciam como um todo único. Mesmo os que avançaram mais na questão do “tempoespaço” eram obrigados a pôr um travessão entre essas duas palavras. A minha proposta é que só é

ocorridos no período colonial que contribuiu para a produção do espaço e consequentemente a integração do território.

Ainda sobre o período colonial, Sodré discorrerá sobre o processo de consolidação do aparato administrativo promovido pela intensificação da exploração aurífera. O processo de integração do território e a oportunidade futura de romper com o monopólio metropolitano, “incentivado” pelo auge da exploração do ouro, não provocará uma mudança da característica do ruralismo patriarcal característico dessa sociedade. Este processo faz sim reforçar a heterocronia do território. Mesmo as rebeliões regenciais não alcançarão os seus fins. “A rigidez social do escravismo não permite nenhum desejo de autonomia regional, sob pena de afrouxar o equilíbrio precário dessa sociedade”. (TALARICO, 2008, p.129). Essa seria a conquista do Império: assegurar a manutenção do território reforçando a heterocronia.

A heterocronia que se operou no desenvolvimento das diversas zonas geográficas do país, quando algumas tomavam um desenvolvimento novo, enquanto outras permaneciam em estado de atraso considerável, acabou por fundamentar a necessidade da federação, por tódas recebida, conforme já foi explicado, como uma medida salvadora, dentro da qual cada uma encontraria o rumo que melhor lhe conviesse. Isso produziu, pela subitaneidade e pela confusão com que se processou a descentralização, um desequilíbrio natural, de que resultaram atritos inevitáveis, porque os males permaneciam deviam aflorar, aqui e ali, sob índices os mais variados, mostrando que não havia sido encontrada, realmente, nenhuma fórmula nova, capaz de atendê-los. (SODRÉ, 1944, p.332).

Outro *evento* importante no processo de formação do território brasileiro discutido pelo autor diz respeito ao papel da cafeicultura acentuando o deslocamento do eixo do poder do Nordeste para o Centro-Sul a partir da segunda metade do século XIX.

Com a reforma na estrutura produtiva, por meio da imigração europeia, a cafeicultura afirma-se como força política, terminando por fortalecer – e impor – o programa federativo. A vida urbana cresce em importância, integrada à produção rural. Acentua-se também o processo industrial, que se serve principalmente da mão-de-obra imigrante. Amplia-se significativamente a camada flutuante intermediária com o fim da escravidão, formando uma classe média em que muitos se destacam como profissionais liberais. (TALARICO, 2008, p.130).

A implantação da República nos fins do século XIX promove uma brusca descentralização política devido à impossibilidade de industrialização das regiões decadentes, sobretudo, por não possuírem recursos suficientes. Nelson Werneck Sodré traz a análise do processo de industrialização, demonstrando importância dela na formação territorial brasileira no início do século XX. O autor constrói sua análise final a partir do quadro territorial brasileiro do início do século XX, apresentando uma

---

possível falar em tempo-espaço a partir da ideia de evento, que reúne tempo e espaço numa categoria única. (SANTOS, 1999, p.15-16).

análise crítica do panorama geral dessa formação sócio-espacial. É importante destacar, a partir da citação abaixo, o “fechamento” de uma análise construída por Sodré desde o *Panorama do Segundo Império* aparecendo também no *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*.

A rearticulação das forças proporcionada pela política de transigência com as oligarquias regionais estava, realmente, em correspondência com a inferioridade a que ficavam relegadas as demais unidades da federação, ante um impulso econômico tão considerável, distribuído na monocultura cafeeira e no desenvolvimento industrial. Os quadros territoriais, entretanto, não serviram, como não servem, para demarcar os índices de riqueza, que deles não depende, nem mesmo quando os artifícios administrativos, como as taxas interestaduais, pretendem criar barreiras equívocas, pois o desenvolvimento paulista expandiu-se, em suas próprias terras, segundo os vales dos rios tributários do Paraná, caminho seguido, paralelamente, pelas grandes *ferrovias de penetração*, e pelo sul mineiro e norte do Paraná, mais modernamente, além dos vínculos que criou, no *mercado interno nacional*, pelo fornecimento de utilidades, mormente quando a queda cambial forçou o país a buscar no *interior tudo aquilo que não devia adquirir nos mercados externos*. As deficiências de circulação, por outro lado, proporcionaram a necessidade de existência de manufaturas locais, com mercado reduzido e próximo, *verdadeiras ilhas econômicas*, de produção, dentro do *continente nacional*. (SODRÉ, 1944, p.334-5, grifos nossos).

Percebe-se a importância dada pelo autor às ferrovias – importância trabalhada detalhadamente no *Oeste* – e também o interior do território visto como a porção promissora do país em relação à produção econômica. Há também no discurso de Sodré o levantamento de uma questão importante que permeia outras de suas produções: a importância da expansão e exploração de um mercado interno em potencial. O autor discorre sobre a formação de *ilhas econômicas* dentro do *continente nacional*. Esse discurso esteve presente nas produções dos intelectuais da geração de Nelson Werneck Sodré, tais como Golbery de Couto e Silva – um geopolítico militar – e também Mário Travassos em *Projeção Continental do Brasil* (1931).

O autor finaliza o livro com o tópico *os prenúncios da crise* no qual discute os momentos que antecederam a crise de 1929 e seus reflexos na formação da sociedade brasileira do período. Apresenta um olhar crítico que diz ao panorama do Brasil naqueles anos próximo a 1929 e, para Sodré, o Brasil daqueles anos não se apresenta muito diferente daquele de 1808.

O Brasil que se apresenta diante do quadro catastrófico de 1929 guarda, ainda, traços coloniais profundos. Não chegara a organizar a sua economia, a estruturar a sua produção, a articular o trabalho, mesmo ante a pressão do crescimento industrial, absorvendo cerca de oitocentos mil trabalhadores. Na verdade, estávamos em situação de ter tudo como provisório ou improvisado, flutuante, sem raízes, sem bases. A enormidade territorial, em que se deliciavam os líricos da grandeza aparente, constituía, para gente tão pouca, e para um povo

com índices de vida tão pobres, uma carga imensa. Nessas extensões ilimitadas, espalhavam-se grupos humanos dotados de força diversa e de possibilidades conseqüentemente diferentes. Não os ligavam, por vezes, senão identidades culturais, e o desequilíbrio com que se apresentavam, uns frente aos outros, não era fonte senão de atritos ou de rivalidades, que chegaram a repercutir no plano político.

A transigência do poder central com as oligarquias estaduais, fechando os acessos aos elementos dotados de capacidade, acabou por circunscrever a tarefa pública ao domínio de um número reduzido de figuras, quase tôdas fracamente dotadas de aptidão para o exercício do poder, vinculadas demasiado intimamente a pequenos interesses de grupo, e despidas de qualquer sentido de realismo político, capaz de fazer a necessidade de adaptar-se aos rumos que deviam surgir, logo adiante. Os grandes problemas nacionais permanecem os mesmo da fase da autonomia, ou da que a precedeu, conforme já foi acentuado, com tanta agudeza, por um dos nossos mais eminentes estudiosos. Êsses problemas não foram afetados, em essência. Não o foram porque as condições de existência do nosso povo, na verdade, permanecem, em 1929, sensivelmente semelhantes àquelas que imperavam em 1808 ou em 1822. A solução desses problemas não nasce, evidentemente, de seu puro conhecimento, nem mesmo da posse da chave teórica que os encerrasse. Êles são conhecidos, debatidos e públicos. A solução que caberá a cada um está no conhecimento pelo menos do reduzido número de homens que gozou da benemerência de receber educação e teve oportunidade de os apreciar. Falta, contudo, e isso sim é capital, o ambiente próprio a tais soluções, na fase em que encerramos esta exposição, - não ambiente psicológico mas ambiente material, de que aquele não é mais do que conseqüência. Sem uma reforma fundamental das condições de trabalho, sem o alargamento do âmbito em que se processam os fenômenos ativos da vida nacional, pela participação de elementos mais numerosos nela, sem uma estrutura da produção compatível com essa participação, não seria mesmo possível realizar coisa alguma que saísse fora dos limites de interesse de grupo. (SODRÉ, 1944, p.336-337).

### **Considerações Finais**

Mediante toda a exposição feita neste trabalho e o esforço da análise empreendida – mesmo que sucinta de cada obra – pode-se concluir que o projeto de nação esteve sempre envolvido, no período analisado, ao ordenamento territorial, ou seja, paralelamente, ao desejo de constituir-se enquanto um Estado Nacional Moderno, à altura dos estados progressistas ou desenvolvidos do mundo, empenhou-se continuamente na instalação de uma infraestrutura capaz de dar o sentido da coesão: unidade territorial é fator inalienável da identidade nacional.

Os intelectuais geopolíticos militares, Nelson Werneck Sodré considerado aqui como um deles, tiveram papel central na construção de um discurso sustentador dessa unidade/identidade do território. Nesse sentido, a recuperação das obras desses

intelectuais é uma contingência para se compreender as perspectivas e limitações do desenvolvimento experimentado na contemporaneidade.

O discurso apresentado por Nelson Werneck Sodré neste trabalho é decisivo no sentido de deslindar questões cruciais para a compreensão de como se deu a formação territorial brasileira. Sua contribuição revela que o progresso material esteve à frente dos impactos sociais que os projetos envolvidos no ordenamento proposto poderiam trazer. A ideia de povo na formação da sociedade brasileira é uma preocupação eminente em todo o discurso de Sodré, justamente por esse progresso material estar diretamente relacionado com as características populacionais do local.

Sem dúvida, a geografia dos lugares corresponde aos projetos que alcançaram se materializar sobre o espaço, moldando assim o território. No caso em questão, o projeto de Brasil que apresenta similaridade com o projeto do Estado, proposto por Sodré, alcançou uma efetivação bastante considerável para ser menosprezado nas análises que vimos fazendo.

Os geopolíticos militares compõem um grupo de intelectuais no Brasil que merecem, pela eficácia alcançada de seus discursos, serem revisitados em vista do papel fundamental que ocupam/ocuparam na estrutura social brasileira. Recuperar seus discursos auxilia-nos na avaliação crítica que devemos fazer acerca do presente.

Entender a obra de Nelson Werneck Sodré por uma via da história territorial exige dos geógrafos, uma reflexão profunda no sentido de eliminar as fronteiras entre a História e a Geografia não separando também Sociedade e Território. O entendimento do que seja pensamento geográfico ajuda a pensar essa possibilidade de análise.

A produção do espaço está constantemente interligada com a produção dos discursos, sobretudo àqueles que dizem respeito ao próprio espaço. Esses discursos produzidos pelos grupos de poder dentro da sociedade é fruto de sua formação histórica. Segundo Santos (1999) “o que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço”. Neste sentido, não há como separar a história da sociedade da produção do espaço dessa sociedade.

## Referências

ANSELMO, R.C.M.S. *Oliveira Vianna e a Unidade – Identidade do Espaço Brasileiro*. 1995. 142 f. Dissertação de Mestrado (Área de concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.

CAVENAGHI, A.J. Panorama do Segundo Império. In: SILVA, M. *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.305-310.

CUNHA, P.R. *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002, 334p.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Didática, 1).

GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORAES, A.C.R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colônia brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A.C.R. *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A.C.R. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 4, nº 8, p.166-76, 1991.

MORAES, A.C.R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

ODALIA, N. *As formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

SANTOS, M. *Território e o Saber Local: algumas categorias de análise*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR, Ano XIII, nº2, 1999, p.15-26.

SILVEIRA, M.L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.15, n.1, p.74-78, jan/abr. 2010.

SILVEIRA, M.L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru, Vol.XV, Janeiro/Dezembro, 2011.

SODRÉ, N.W. *Formação da Sociedade Brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1944.

SODRÉ, N.W. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1941.

SODRÉ, N.W. *Panorama do Segundo Império*. 1ªEd. São Paulo: Ed. Brasileira, série 5ª, Vol.170, 1939.

SOUZA, J.S. de. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. In: SILVA, M. *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.277-282.

TALARICO, F. Formação da Sociedade Brasileira. In: SILVA, M. *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.127-132.

VENKOVSKY, V.P. *Sistema Ferroviário e o Uso do Território Brasileiro: Uma análise do movimento dos produtos agrícolas*. 2006. 150 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VLACH, V.R.F. Estudo Preliminar acerca dos Geopolíticos Militares brasileiros. In: *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico no Brasil, 2002/2003, nº4/5, p.137-159.